

CONSELHO SUPERIOR
ATA RESUMIDA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2001
Local: INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA – IME/COMANDO DO EXÉRCITO

DOC CSP 12/2001
RESERVADO

Iniciando a 42ª Reunião do CSP, o Presidente agradeceu ao Coronel Mário Emílio Paiva Michel por sua palestra sobre o Instituto Militar de Engenharia.

Em seguida, convidou a senhora Maria Cristina Milani, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para sentar à mesa. Quanto à proposta de Agenda (DOC CSP 09/2001), o representante suplente do Ministério das Relações Exteriores sugeriu que fossem incluídos os itens 4.5 – Cooperação espacial com a Rússia e 4.6 – Cooperação espacial com a Ucrânia; o representante suplente do Comando da Aeronáutica, sugeriu a inclusão do item 4.7 – Comissão CNS/ATM, o que foi aceito. Na sequência, o Presidente deu posse ao Dr. Ariel Cecílio Garces Pares como membro titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Obteve a aprovação da Ata Resumida da 41ª Reunião Ordinária, com algumas sugestões feitas pelo representante suplente do Ministério da Defesa.

PNAE - O Presidente indicou que o CSP examinava minuta da terceira edição do Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE. Recordou que a revisão do documento, prevista para ser realizada a cada dois anos, estava atrasada, o que se devia à necessidade de compatibilizá-la com o esforço maior de planejamento do Governo, consubstanciado sobretudo no PPA. Solicitou, inicialmente, comentários de natureza geral sobre a forma do documento, adiantando que, no ano passado, o CSP qualificara de excessivamente detalhada a forma com que o PNAE foi redigido. Apesar dessa ressalva, registrou-se o consenso de que esse era o formato mais adequado para o documento, com a recomendação de que fosse também elaborada versão para divulgação mais ampla.

O representante suplente do setor industrial referiu-se aos principais pontos de parecer sobre o PNAE que havia remetido à AEB. Assinalou que o PNAE constituiu, num

mm

primeiro momento, plano posteriormente transformado em programa. O Presidente assinalou que o PNAE jamais fora um plano.

O representante suplente do setor industrial reiterou seu entendimento que inicialmente fora elaborado um plano, do qual se extraiu um programa. Concordou com o Presidente quanto à necessidade de se confeccionar uma versão do PNAE para maior divulgação junto ao grande público. Referiu-se à existência de Comissão encarregada de rever o PNAE, a qual não se reunia desde o princípio de 2001. Nessas condições, sua opinião era de que a próxima revisão do PNAE deveria ser feita por aquela Comissão. Solicitou registrar o desagrado do setor industrial com esta situação. O Presidente afirmou que compartilhava desse sentimento.

Prosseguindo com suas observações quanto ao PNAE, o representante suplente do setor industrial referiu-se à tendência de privilegiar programas de cooperação internacional ao invés de focar as reais necessidades do Brasil ou atuar nos nichos estabelecidos no programa espacial brasileiro. Notou que, na atual versão do PNAE, mencionava-se apenas um satélite de sensoriamento remoto na série de plataformas, ao passo que as anteriores indicavam dois satélites, além de um satélite de coleta de dados. O Presidente concordou com as ponderações do representante suplente do setor industrial, agregando estar equivocada a menção a apenas um satélite no texto da nova versão do PNAE.

O representante suplente do comando da Aeronáutica afirmou não estar em condições de aprovar o documento do PNAE conforme submetido à consideração. Tendo em vista essa manifestação, convergente com a do representante suplente do setor industrial, o Presidente propôs postergar a análise do documento. Reiterou a necessidade de os Conselheiros emitirem comentários de caráter geral sobre a substância do PNAE. Uma vez terminada essa fase, o CSP deliberaria sobre como proceder no futuro.

O representante da comunidade científica manifestou-se sobre o PNAE, concentrando suas observações no campo dos recursos humanos.

O Presidente concordou com as ponderações feitas.

O representante do Ministério das Minas e Energia informou que, no dia anterior, fora instalado o Comitê Gestor do Fundo Setorial de Mineração. Nos diagnósticos apresentados aos representantes desse Comitê, ficou claro que a demanda por mestres e doutores, de ciência e tecnologia, no Brasil, era essencialmente de órgãos públicos. No seu entender, a resposta a esse desafio seria procurar mudar os vetores de demanda nos programas de indução ao desenvolvimento, ou seja, buscar treinar profissionais que fossem demandados pela indústria e efetivamente criar a base tecnológica do país.

O Presidente sugeriu que o representante do Ministério do Planejamento, recolhesse as propostas expressas no debate e as incluísse no texto revisto do PNAE, que



seria circulado aos demais integrantes do CSP para a aprovação final na próxima reunião do colegiado. O representante da comunidade científica aceitou participar dessa tarefa.

AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTOS (DOC CSP 10/2001) - O Presidente introduziu o tema, explicitando inicialmente que a autorização para lançamentos se enquadrava na problemática mais ampla do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Assinalou que uma das principais causas, em termos substantivos, da incompreensão existente quanto aos lançamentos comerciais desde Alcântara radicava-se na leitura equivocada do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos, interpretada como uma autorização para aquele país utilizar o Centro. Na sua opinião, os mal-entendidos já haviam sido devidamente esclarecidos.

Acrescentou que o tratamento dado pela imprensa sobre a questão gerava a impressão errônea de que os norte-americanos teriam livre acesso em Alcântara. Na verdade, o que sempre se previu era que o CSP outorgaria uma licença para a realização de uma série de lançamentos e concederia uma autorização específica para cada lançamento. Resolução sobre o procedimento detalhado para outorga da licença já tinha sido publicada. Dando prosseguimento a esse trabalho, submeteu à apreciação do Conselho proposta de Resolução para a autorização de cada lançamento. Esse documento garantia o controle do Governo brasileiro sobre esse tipo de atividade em Alcântara.

O representante suplente do MRE sugeriu pequena modificação no texto do art. 3º, com vistas a adequá-lo da melhor maneira possível à linguagem utilizada usualmente. A expressão “acordos porventura existentes” seria substituída por “entendimentos porventura existentes”, uma vez que “acordos” é termo mais usado para negociações entre governos. O representante suplente do setor industrial concordou com essa proposta.

O representante do Ministério da Fazenda referindo-se à expressão “acordo entre as partes contratantes”, indagou se “partes contratantes” – uma alusão a empresas, no seu entender – não acarretaria problemas do ponto de vista do Governo. Nesse caso, seria aconselhável substituir “acordo” por “ajuste” ou “compromisso”. Em resposta, o representante suplente do Ministério das Relações Exteriores reiterou que sua intenção era utilizar linguagem mais precisa e consagrada na prática diplomática, de modo a não deixar qualquer dúvida no texto.

Concluindo os debates dessas questões, o Presidente sugeriu – com o que o CSP concordou – que fosse alterada a redação da Resolução em tela, a qual passaria a utilizar a palavra “compromissos” e a incluir menção à “legislação brasileira em vigor”.



Em seguida, o representante suplente do Comando da Aeronáutica referiu-se ao art. 8º do Regulamento anexo à Resolução, que concedia ao Presidente da AEB, ou a representante seu, poderes para interromper, a qualquer momento, os procedimentos de um lançamento quando descumprida uma regra de segurança ou do estabelecido para sua operação. A pedido do Presidente, o Diretor-Geral interveio para prestar maiores esclarecimentos sobre o tema. Expressou que, a exemplo do que acontecera anteriormente - quando o CSP aprovou Resolução fixando o procedimento a ser utilizado para o licenciamento e internamente a AEB elaborou o Regulamento pertinente. Estava sendo apresentada proposta de Resolução estabelecendo as linhas mestras para a concessão da autorização para o lançamento. Uma vez aprovada no CSP, a AEB providenciará a regulamentação do processo de autorização a ser submetido a esse colegiado em suas próximas reuniões.

O Presidente solicitou que constasse de Ata a aprovação da Resolução e o fato de já se haver distribuído a primeira minuta de regulamentação do licenciamento, para reflexão do CSP.

INCLUSÃO DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES NO GT 08/2001 – SSR - Ao introduzir o tema para a consideração do CSP, o Diretor de Normatização e Licenciamento da AEB, Doutor Raimundo Mussi, informou que o Conselho criou um GT referente ao segmento de sensoriamento remoto. A Diretora da Agência Brasileira de Informação (ABIN) oficiou à AEB solicitando que sua instituição fosse representada no aludido GT. A proposta foi aprovada pelo Conselho.

INSTRUMENTO LEGAL PARA A RECEPÇÃO DE IMAGENS LANDSAT V (DOC CSP 11/2001) - O Presidente recordou que, desde o início da década de 70, o Brasil recebe imagens do LANDSAT, o que se deve a acordos assinados com os Estados Unidos renovados periodicamente. Inicialmente, o tema era da competência da NASA, depois ficou afeto à NOAA e agora estaria passando para a USGS. Recomendou a aprovação do Doc. CSP 11/2001, pois se tratando de simples continuação de programa em andamento há mais de 30 anos, caberia ao Ministério das Relações Exteriores ocupar-se do assunto.

O representante suplente do Ministério das Relações Exteriores informou que aquele Ministério anuiu prorrogar o Memorando de Entendimento assinado em 1984, por intermédio de troca de Notas. O Presidente destacou que no novo texto a AEB deveria figurar como a sucessora da COBAE e não o INPE.

Amo

UTILIZAÇÃO DO CLA PARA LANÇAMENTOS COMERCIAIS - Em apresentação do

tema, o Diretor-Geral recordou que, na reunião anterior do CSP, expusera sobre os dois projetos – sem dúvida os mais promissores – herdados pela Agência da INFRAERO quanto à utilização de Alcântara em bases comerciais. O primeiro consistia no lançamento de foguete “Pegasus”, da empresa norte-americana “Orbital Sciences”, por aeronave L1011, partindo de Alcântara. O valor dos serviços, acordados com a INFRAERO, era da ordem de US\$ 540 mil por lançamento. O Centro deveria cumprir uma série de requisitos, tanto no apoio da aeronave como no acompanhamento do foguete. A “Orbital Sciences” havia planejado 3 lançamentos de satélites para o CLA, em 2002, estando previstas mais campanhas em 2003. Os clientes já tinham visitado Alcântara e já dispunham de contrato para a efetivação dos serviços. Devido ao atraso na ratificação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado com os Estados Unidos no Congresso Nacional, a empresa norte-americana dirigiu carta informando que não mais poderia esperar a aprovação daquele documento para as ações de lançamento dos 3 satélites e procuraria novos locais para substituir Alcântara.

Quanto ao segundo projeto, recordou que a Leolink, empresa resultante da fusão de empresa israelense com congênere francesa, com sede em Toulouse, pretendia lançar foguetes da série LKA, LK-1 e LK-2, os dois últimos com componentes norte-americanos. Inicialmente, seria lançado o LKA, baseado na versão “Shavit”, empreendimento bem sucedido em Israel. A perspectiva como cliente para esta ação seria um satélite da constelação “Eros” – o “Eros 2”. Como esta seria a qualificação do LKA, o grupo Eros preferiu, no entanto, utilizar veículo russo, com maior confiabilidade, para lançar o satélite. Dada a dificuldade da Leolink em obter novo cliente, as tratativas sobre a questão com a Leolink achavam-se estagnadas.

O representante suplente do Itamaraty indagou sobre a conveniência de se insistir na cooperação com o consórcio franco-israelense, levando em conta a escalada do conflito no Oriente Médio e a situação decorrente dos eventos de 11 de setembro em Nova Iorque. Registrou a preocupação do Itamaraty com contatos em nível técnico, comercial e diplomático com países tão envolvidos em situação de conflito. Aduziu que, nesse caso, caberia uma sugestão genérica de se atuar com cautela. Terminou sua intervenção afirmando que as informações prestadas pelo Diretor-Geral neutralizavam as preocupações do Ministério das Relações Exteriores.

A pedido do Presidente, o representante suplente do Ministério das Relações Exteriores discorreu sobre a visita a Kiev nos dias 27 e 28 de setembro de 2001. Nesse período, delegação composta pelo Dr. Gylvan, Conselheiro Hadil e o Embaixador do Brasil na Ucrânia, avistaram-se com as autoridades da Agência Espacial Ucraniana, com o objetivo de discutir projeto de salvaguardas tecnológicas, a exemplo do assinado com os Estados Unidos

mwj

e um memorando de entendimento entre as duas Agências. No decorrer dos debates, a parte ucraniana sugeriu examinar a viabilidade de ampliar a cooperação bilateral – incluindo o financiamento pelo Brasil no que se refere à sua participação nessa cooperação.

O Presidente informou que o Acordo de Salvaguardas era similar ao dos Estados Unidos, não contendo quaisquer cláusulas restritivas.

O representante suplente do MRE comunicou que segundo os ucranianos o acordo quadro de cooperação espacial ente o Brasil e a Ucrânia, já estaria praticamente ratificado pelo seu Congresso. Do nosso lado, o Acordo foi encaminhado no dia 23 de agosto de 2001 à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

CBERS 3 E 4: ESTÁGIO DAS NEGOCIAÇÕES – O Presidente informou que o Dr. Múcio Dias, Diretor de Projetos Espaciais – DPE/AEB, esteve na China à frente de uma delegação para tratar do desenvolvimento do projeto CBERS. O Conselho havia se pronunciado a respeito duas vezes; a primeira referia-se ao desejo do Ministério da Defesa de participar das especificações da câmara e a segunda sobre a participação da indústria. Em seguida, o Dr. Múcio Dias relatou o estágio das negociações entre o Brasil e China, tendentes à definição da continuidade do projeto CBERS através do desenvolvimento de mais dois satélites de sensoriamento remoto. Em setembro de 2000, em Brasília, foi assinado um Acordo de Cooperação entre os Governo do Brasil e da China, o qual aprovou a continuidade do programa. A partir de dezembro, grupos técnicos vêm se reunido freqüentemente, na direção de definir claramente a especificação dos satélites a serem desenvolvidos e os detalhes do instrumento que dará continuidade ao programa, provavelmente um acordo entre Governos. O Conselho tinha diante de si o documento *work report* na versão de agosto de 2001, que refletia o estado atual de negociação do Acordo.

A proposta contida nesse documento vem ao encontro integralmente da manifestação expressa pelo Ministério da Defesa. Ao encerrar a sua apresentação, o Presidente solicitou as contribuições dos integrantes ao CSP.

O representante suplente do Setor Industrial, expressou que a divisão de trabalhos mudou significativamente e não dispendo de capacidade técnica para opinar sobre o assunto, solicitou tempo para analisar a questão. O Dr. Múcio informou ser perfeitamente possível manter esta questão de divisão de trabalho em aberto, até receber efetivamente a contribuição de todos, o que poderia acontecer em novembro, dado que o documento final seria concluído em dezembro.

O representante suplente do setor industrial solicitou que, nas futuras negociações com os chineses a AIAB tivesse maior participação.

ms

Dr. Múcio tornou a informar que este documento não é o documento definitivo, é uma proposta, e se não foi incluída alguma observação que AIAB tenha sugerido havia tempo para qualquer modificação se o Conselho assim o determinasse.

INFORMAÇÕES SOBRE O ACORDO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS RELATIVO A SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS – O Presidente informou que estava mantendo contatos com autoridades brasileiras visando à aprovação do Acordo pelo Congresso Nacional.

Aludiu à Nota Técnica sobre o Acordo exarada pela SBPC, manifestando-se contra atividades em Alcântara, contra a participação brasileira na ISS e a favor do VLS, não endossada pela Presidente da SBPC. Pelo contrário, na recente Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, a Presidente da SBPC se manifestou claramente em favor da ratificação do Acordo.

O Presidente manifestou a esperança de que o anúncio da assinatura do Acordo com a Ucrânia venha a ajudar a retirar esse componente político.

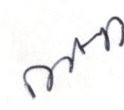
Antes de finalizar, o Presidente ressaltou observação do representante suplente do setor industrial que os recursos de pagamentos pelo serviços do Centro de Lançamento de Alcântara serão diminuídos em 25%, montante que seria destinado ao Fundo de Ciência e Tecnologia na Área Espacial, que já está sendo regulamentado.

LICITAÇÃO DE PLATAFORMA DO SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO – O Presidente solicitou ao Dr. Antônio Mac Dowell, Diretor de Administração da AEB, ora presidente da comissão de licitação das plataformas dos SSR de satélite de sensoriamento remoto, para informar sobre o andamento do processo.

Esse Diretor informou que a licitação da plataforma foi dividida em duas concorrências. A primeira, nacional, relativa aos subsistemas de estrutura, propulsão, energia e telecomando, já foi lançada e a abertura das propostas está prevista para 23 de outubro de 2001. Para o quinto subsistema, relativo ao controle de altitude de processamento de dados, foi aberta uma concorrência internacional com abertura das propostas prevista para o dia 31 de outubro de 2001.

Os valores eram de 25 milhões de reais para concorrência nacional e de 15 milhões de reais para a concorrência internacional, em um período de 56 meses.

Em seguida, o Presidente abriu a palavra aos membros para perguntas ou comentários. O representante suplente do setor industrial fez uma apreciação do posicionamento do setor industrial sobre a concorrência. Relembrou os problemas anteriores



sobre a questão dessas concorrências relativas às plataformas e ao pedido do DEPED de estabelecer uma indústria de porte maior do que um somatório de empresas isoladas. Com base nesse apoio, e no parecer do então diretor do INPE, Eng. Marcio Barbosa, foi criada uma empresa voltada para essa atividade. Aduziu que a empresa deveria assumir a responsabilidade do sistema. Infelizmente, a licitação saiu dividida em diversos segmentos.

Resumiu sua postura da seguinte maneira: criou-se um empresa para adotar a configuração sistêmica quanto a esse tipo de produto, tal como está preconizado na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais mas, infelizmente, a licitação foi dividida em segmentos e, mesmo assim, não foi toda licitada de uma vez só. Portanto, o setor industrial considerava que este procedimento não estava de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

Em resposta, o Presidente informou que, devido a pedido da AIAB, os sistemas foram aglutinados em duas partes, uma nacional e outra internacional.

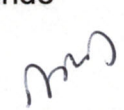
Revelou haver-se reunido com a Espacial S/A e com as dez empresas que a constituem, e os entendimentos alcançados podem ser resumidos da seguinte forma: a licitação seria agregada em duas partes e não em sistema por sistema; por sua vez, as empresas comprometiam a se consorciar. Daí em diante, foi cumprida a lei de licitações não podendo o Presidente ter qualquer opinião, por ser a instância de recursos.

O representante suplente do setor industrial informou que as empresas concordaram em se reunirem em razão de um contrato de trinta e cinco milhões de dólares. No entanto, quando foi efetivado um consórcio, não foi licitado o todo, mas apenas segmentos, sendo uma parte dirigida a empresas internacionais. Reiterou sua discordância quanto a esse procedimento.

O Presidente registrou o posicionamento do representante suplente do setor industrial.

COOPERAÇÃO ESPACIAL COM A RÚSSIA - O representante suplente do Ministério das Relações Exteriores informou sobre a Segunda Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil/Rússia de Cooperação, realizada nos dias 25 e 26 de setembro de 2001 em Moscou.

Foram identificadas e selecionadas as áreas mais importantes visando obter resultados concretos. Quanto ao satélite de observação da Terra, ficou combinado que uma Comissão Técnica que visitaria Moscou com vistas a definir as especificações de uma câmara que possa ser utilizada por um satélite SSR (brasileiro). A câmara deveria ser construída em cooperação entre as duas Agências. A mesma missão avaliaria a possibilidade na cooperação entre os dois países de incluir a construção de satélite de alta resolução. Outro tema relaciona-se com a participação russa do desenvolvimento no veículo lançador de satélites brasileiro, devendo



incluir o desenvolvimento de um quarto estágio, que deve ser de propulsão líquida. A parte russa mostrou-se muita aberta a essa cooperação, sugerindo que dela participassem também representantes de sua indústria. Uma outra missão técnica deveria visitar a Rússia a fim de estimar os custos de tal programa. Essa missão inclusive poderia ocorrer na mesma época da missão que fosse examinar a questão dos satélites de observação da Terra. Da nossa parte, informou-se sobre o desenvolvimento que o governo brasileiro tem promovido no Centro de Lançamento de Alcântara, reafirmando nosso interesse que um dos consórcios internacionais, do qual participa a Rússia, utilizasse o Centro para os seus lançamentos. O lado russo confirmou que seu interesse poderá se concretizar de acordo com as condições de mercado internacional, especialmente no que se refere a satélite de órbita terrestre baixa. Tais conversações vinculavam-se à decisão recente dos russos de lançarem seus veículos de Christmas Island (Austrália). O lado russo justificou essa opção afirmando que ainda faltava ao Centro brasileiro uma capacidade maior de ser operacionalizada. O Governo russo informou que o Acordo Quadro de Cooperação será submetido ao parlamento russo o mais brevemente possível.

COMISSÃO CNS/ATM – O representante suplente do Comando da Aeronáutica assinalou que já havia feito duas apresentações no Conselho sobre a Comissão CNS/ATM, e o sistema futuro de comunicação, navegação e vigilância e controle de tráfego aéreo. Por deliberação daquela Comissão, a Aeronáutica dedicou recursos para realizar estudo de viabilidade técnica do segundo satélite geoestacionário brasileiro. Atendendo a edital lançado no CTA no mês de agosto, compareceram dezesseis empresas. Foram selecionadas a EQUATORIAL e a ATECH, tendo sido escolhido a ATECH em virtude do menor preço.

Portanto, seu Comando realizava um estudo de satélite geoestacionário para atendimento do CSN/ATM, SIVAM, aplicações de interesse da Força abrangendo áreas prioritárias para a Defesa.

Este estudo tem um prazo de seis meses, findo o qual se disporá de elementos para elaborar o requisito técnico, logístico e industrial desse satélite. Com o estudo de viabilidade, poder-se-ia dizer se é ou não factível, no momento, ter um satélite geoestacionário a fim de atender ao CNS/ATM e SIVAM, entre outros.

Em seguida, destacou a publicação, no Diário Oficial do dia 9 de outubro de 2001, da Portaria nº 2.778, aprovando política nacional definida pela Aeronáutica para o sistema de comunicação, navegação, e gerenciamento tráfego aéreo e sua estratégia de implementação. Nessa política, destacam-se na área operacional pontos importantes para a área espacial, em



particular da indústria, onde se contempla estimular a participação e implementação do futuro satélite geoestacionário nacional, capaz de atender os sistemas CNS/ATM.

O Presidente felicitou a Aeronáutica por usar recursos próprios, para desenvolver esse importante projeto. O Presidente sugeriu que o Brig. Ribeiro mandasse cópia do estudo para a secretaria do CSP, que a distribuiria para todos os integrantes.

O representante titular do Comando do Exército informou que os jornais noticiaram recentemente que a EMBRATEL estaria cobrando dívidas das Forças Armadas (80 milhões de reais) relativas à utilização de seus canais privativos.

Aduziu que o Comando do Exército efetivamente dispõe de canais privativos via satélite. A utilização de comunicações espaciais via satélite e a administração do espectro de frequência em termos do espaço brasileiro pertencia ao Governo, que concedia à empresa a exploração desses meios. Trouxe o assunto à reunião do CSP porque se trata da administração de uma atividade de telecomunicações e que está no bojo de assuntos espaciais.

O Presidente assinalou que, na sua opinião, era inevitável que o Governo brasileiro, em particular as Forças Armadas, imponha requisitos a sistemas de telecomunicações de modo a atender interesses nacionais.

O representante titular do Ministério da Defesa, esclareceu que a dívida com a EMBRATEL é do Ministério da Defesa, porque foi herdada do antigo EMFA.

O Brig. Ribeiro informou ter uma recomendação do Conselho do CNS/ATM de apresentar ao Conselho da AEB a preocupação de preservar posições orbitais para satélites governamentais, visto que o Governo tem vendido posições orbitais que podem no futuro sere necessárias.

O representante titular do Ministério das Comunicações informou sobre a dívida da EMBRATEL. A EMBRATEL foi adquirida pela MCI - empresa norte-americana, e no ano passado em uma reunião, onde estavam representantes do Departamento do Comércio dos Estados Unidos, foi colocada uma reclamação a respeito dessa dívida, e nós respondemos que quando a EMBRATEL foi adquirida pela MCI, ela adquiriu o ativo e o passivo da EMBRATEL. Após a reunião citada acima, não houve qualquer outra manifestação a respeito desse assunto.

O representante titular do Ministério da Defesa esclareceu que a MCI está levando o assunto ao Ministério da Defesa por meio de uma fatura. Agradeceu a informação do representante do Ministério das Comunicações, pois, apesar de uma resposta do Governo brasileiro, aquela empresa está fazendo a mesma cobrança a outro órgão do Governo brasileiro.

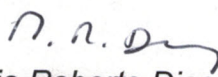


O representante do Ministério da Fazenda, seguindo a linha do representante do Ministério das Comunicações, informou que esse ativo existia na empresa quando foi adquirida, e sabendo pois que esse recebimento seria a longo prazo.

Ficou marcada a próxima reunião para o dia 5 de dezembro de 2001.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, particularmente, ao representante do Comando do Exército que ofereceu as instalações do IME para realização da Quadragésima Segunda Reunião do Conselho Superior da AEB, que deu por encerrada.

A Reunião foi presidida pelo Dr. Luiz Gylvan Meira Filho, então Presidente da AEB; e estiveram presentes à Reunião os Membros do Conselho Superior, representantes do Comando da Marinha (suplente); Comando do Exército (titular/suplente); Ministério das Relações Exteriores (suplente); Ministério da Fazenda (titular); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (suplente); Ministério da Educação (suplente); Comando da Aeronáutica (suplente); Ministério de Minas e Energia (titular); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (titular); Ministério das Comunicações (titular); Ministério da Defesa (titular); Comunidade Científica (titular) e Setor Industrial (suplente), bem como o Diretor Geral da AEB.


Múcio Roberto Dias
Presidente

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior na 43ª Reunião Ordinária, ocorrida em 3 de julho de 2002.


Luiz Felipe Mendonça Filho
Secretário